



SELEÇÃO DE ESTÁGIO

**PROCON ESTADUAL DA PARAÍBA – PROCON/PB
FACULDADE REINALDO RAMOS - CESREI**

Informações gerais

Você receberá do fiscal de sala o material descrito a seguir:

- a) uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas;
- b) este caderno de prova com o enunciado das 08 (oito) questões, sem repetição ou falha. As questões objetivas têm peso 1,0 (um ponto) e as subjetivas 2,0 (dois pontos).

Ao receber a folha de respostas você deve:

- a) assinar a folha de respostas;
- b) ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
- c) assinar a folha de respostas, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.

As questões são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.

Durante a aplicação da prova não será permitido:

- a) qualquer tipo de comunicação entre os examinandos;
- b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
- c) portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, telefone celular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, protetor auricular, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha e/ou corretivo de qualquer espécie.

Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do examinando.

O tempo disponível para esta prova será de 1h00 (uma hora), já incluído o tempo para marcação da folha de respostas.

Reserve tempo suficiente para marcar sua folha de respostas.

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.

Quando terminar sua prova, você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar a folha de respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal da sala. Aquele que descumprir esta regra será **ELIMINADO**.



QUESTÕES

01. O artigo 3º da Lei nº 8.078/1990 conceitua fornecedor como “toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços”. Sobre a aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos serviços públicos, o diploma legal de proteção ao consumidor indica:

a) A racionalização e melhoria dos serviços públicos como princípio da Política Nacional das Relações de Consumo, como direito básico do consumidor, a adequada e eficaz prestação, e a obrigatoriedade dos órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias ou permissionárias, ou mesmo sob qualquer outra forma de empreendimento, à prestação de serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos, respondendo objetivamente em caso de danos causados aos consumidores pelos serviços públicos defeituosos.

b) Todos os órgãos públicos, mesmo os que não cobrem pela prestação de serviço, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

c) A racionalização e melhoria dos serviços públicos como princípio da Política Nacional das Relações de Consumo; como direito básico do consumidor, a sua adequada e eficaz prestação, e a obrigatoriedade dos órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias ou permissionárias, à prestação de serviços públicos, e responderão sempre de maneira na modalidade subjetiva.

d) Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações antes referidas, não serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las.

02. Com o objetivo de implementar um programa de fiscalização dos direitos do consumidor, o diretor do órgão de proteção e defesa do consumidor (PROCON) de certo Estado quer saber como enquadrar algumas relações econômicas dentro do regime jurídico consumerista instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990. Assinale a afirmativa CORRETA a respeito das relações de consumo:

a) A relação entre paciente e hospital público, financiado por receitas tributárias e sem remuneração direta do serviço de saúde prestado pelo hospital, é considerada relação de consumo.

b) A relação jurídica entre a entidade de previdência privada e seus participantes não é considerada relação de consumo, pois a ela se aplica marco normativo específico sobre seguridade social.

c) Basta que instituição financeira figure em um dos polos da relação jurídica como fornecedora de empréstimos financeiros para que essa relação seja caracterizada como relação de consumo.

d) A relação entre concessionária de serviço público e usuário final, para o fornecimento de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, água e esgoto, não pode ser considerada relação de consumo, pois se trata de uma concessão de serviço público, regida por normas específicas de direito administrativo.

03. Nos termos da Lei Federal nº 8.078/90, são considerados direitos básicos conferidos ao consumidor e entre eles:

I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços, exceto os considerados perigosos ou nocivos.

II - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.

III - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.

IV - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Está correto o que se afirma em:

a) III e IV, apenas.

b) I e IV, apenas.

c) I, II, III e IV.

d) II, III e IV, apenas.

04. Após introduzir no mercado de consumo um determinado modelo de aparelho celular, seu fabricante descobre que, se o produto permanecer conectado para carga de sua bateria por mais de uma hora, o aparelho pode vir a explodir. Nesse caso:

a) compete a todos os entes federados que tomarem conhecimento da periculosidade do produto informar os consumidores a respeito.

b) o produto não será considerado defeituoso e o fornecedor deverá comunicar aos consumidores sobre os seus riscos.

c) compete ao fornecedor comunicar o perigo às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários às expensas da União.

d) o produto é considerado defeituoso, vez que não oferece a segurança que dele legitimamente se espera.

05. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o fornecedor de serviços responde pelos vícios decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária. Nesse caso, o consumidor pode exigir:

a) alternativamente e à escolha do consumidor, a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; e o abatimento proporcional do preço.

b) apenas a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

c) alternativamente e à escolha do consumidor, a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível; e a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

d) sucessivamente, a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; e o abatimento proporcional do preço.

06. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, NÃO é considerada prática abusiva:

- a) condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.
- b) Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço.
- c) Elevar o preço de produtos ou serviços.
- d) Repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos.

07. “A concepção social do contrato tem como pressuposto a necessidade de proteção do equilíbrio entre os interesses legítimos de ambos os contratantes, e da confiança dos contratantes entre si, assim como na projeção dos efeitos da relação contratual em face de toda a comunidade” (MIRAGEM, Bruno. Função social do contrato, boa-fé e bons costumes: nova crise dos contratos e a reconstrução da autonomia negocial pela concretização das cláusulas gerais. IN: MARQUES, Cláudia Lima (coord.) A nova crise do contrato: estudos sobre a nova teoria contratual. São Paulo: RT, 2007. p. 177).

É correto afirmar que os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores? Justifique sua resposta.

08. A inadimplência é um problema frequente apontado nas relações comerciais, mas o consumidor inadimplente deve saber que lhe é garantido o direito de não ser exposto a ridículo e de não sofrer qualquer tipo de constrangimento ou ameaça na cobrança de seus débitos. Porém, existem casos de nomes de pessoas que são incluídas em cadastros de inadimplentes, sem nunca terem comprado ou negociado com os estabelecimentos que solicitaram a inscrição. Isso pode acontecer devido a erros de cadastro ou mesmo entre homônimos. Neste caso, pode o consumidor reclamar pela inclusão indevida? Justifique sua resposta.

